

**INTERNET E POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA INTERNET  
PELOS PARLAMENTARES DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

**INTERNET AND POLITICS: A STUDY ABOUT THE INTERNET USES BY THE  
PARLIAMENTARIANS FROM BRAZIL'S SOUTHERN REGION**

**Israel Aparecido Gonçalves**

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar)  
E-mail: educa\_isra@yahoo.com.br

**Sérgio Soares Braga**

Doutor pela Universidade de Campinas (UNICAMP)  
Professor de Ciências Políticas na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo estudar a relação entre a Internet e a Política, compreendendo que adesão dos políticos por essa mídia significa uma nova relação entre o campo político e a sociedade. Foi realizado um mapeamento das *homepages* das casas legislativas onde atuam os parlamentares, buscando identificar quais possuem websites ou não. Para isso foram analisados os senadores, os deputados federais e estaduais, os vereadores das capitais e do interior, no total de 419 parlamentares dos legislativos dos três estados do sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Política. Internet. Legislativo. Sociedade.

**ABSTRACT**

This paper has a purpose to study the relationship between Internet and Politics, understanding that politicians' adherence by this media means a new relationship between the legislative and society field. It was conducted a survey of the legislative houses' *homepages* where the parliamentarians act, seeking to identify which of them have *websites* and which of them does not have to this, it were analyzed the senators, federal and state deputies, councillors from the capital and country cities. The total was 419 legislative parliamentarians from the three Southern Brazilian states.

**Key-words:** Politics. Internet. Legislative. Society.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O Brasil a cada ano vem aumentando o número de pessoas que utilizam a Internet, tanto para o simples lazer como para o trabalho. Com 3,4 milhões de pessoas utilizando o computador o país é o maior da América Latina com acesso a Internet, com 6% da sua população utilizando a banda larga, o que permite uma consulta constante por vias rápidas. Esses números significam o dobro do México que está na segunda posição. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005) mostra o crescimento dos números de computadores nos domicílios brasileiros, nos últimos três anos, assim como o acesso à Internet.

As pesquisas indicam que o cenário político e a administração pública não estão alheios a esse processo de inserção do indivíduo na web e há uma tendência que a Internet seja um importante instrumento dos políticos para atingir seus eleitores. São as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que muito provável, produzirão amplas mudanças em aspectos variados, sendo esses: a forma como são organizadas as campanhas e as propagandas políticas; a interação entre candidato e opinião pública e o cidadão; a maneira como são formadas as preferências pelo eleitor e a forma de financiamento das campanhas eleitorais.

Devido ao crescente número de internauta na sociedade (pessoas que têm acesso a Internet), o uso de novas mídias, seja *websites*, listas de e-mails, Orkut, blogs, entre outros fóruns serão freqüentes nas estratégias políticas de divulgação de propagandas e interação com a sociedade. Todos esses meios vêm substituindo de forma progressiva as antigas estruturas de organização das campanhas eleitorais<sup>2</sup>.

Assim este artigo referente-se ao uso da Internet no processo político. E tem como objetivo fazer um mapeamento dos *websites* que estão nas *homepages* das casas legislativas onde atuam os parlamentares, aqui especificamente nos referimos aos parlamentares da região Sul do Brasil: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS). O espaço de análise encontra-se na web, especificamente nos portais legislativos do Senado Federal (SF), da Câmara dos Deputados (CD), das Assembleias Legislativas Estaduais (ALEs) e das Câmaras Municipais de Vereadores (CMVs) [das Capitais e do Interior]. A pesquisa enfoca a existência ou não de *websites* de parlamentares, compreendendo que adesão dos políticos por essa mídia significa uma nova abordagem entre o campo político e a sociedade. Foram pesquisados: 9 senadores, 76 deputados federais, 149 deputados estaduais e 90 vereadores das

capitais e 95 vereadores do interior desses estados, somando ao todo 419 parlamentares foram analisados. As coletas de dados foram realizadas nas *homepage* das casas legislativas entre os dias 15 a 28 de outubro e 10 a 20 de novembro de 2007. Com o mapeamento, saberemos quantos senadores, deputados e vereadores utilizam a Internet para divulgar suas atividades, tendo assim uma amostra quantitativa da dimensão dessa relação entre os políticos e a sociedade.

## 2 A INTERNET NO CENÁRIO POLÍTICO

Basta ter acesso a Internet e conhecer suas funções básicas para que o cidadão comum utilize esse meio de comunicação ágil e econômico. Essa facilidade vem modificando as formas pelas quais as pessoas se relacionam socialmente. A Política, como parte integrante do conjunto de relações sociais, também sofre influência destas novas tecnologias.

De certa forma, vários autores têm procurado avaliar os impactos que a web provoca e pode provocar sobre a democracia contemporânea. Alguns chegam a tal ponto que consideram a Internet o meio de uma nova democracia, a chamada “democracia direta eletrônica”, sistema no qual sob um ambiente virtual os cidadãos poderiam deliberar temas de interesse comum, a chamada "Ágora Virtual".

Em contra partida, outros estudiosos reconhecem de forma mais realista que a Internet possui sim um grande potencial democratizante, porém não alcançando de fato a “democracia deliberativa direta” nas sociedades contemporâneas, muito menos, tal contribuição é signatária de um aperfeiçoamento dos processos políticos. As TICs podem como exemplo: aproximar as elites dirigentes aos cidadãos comuns, mas dentro dos quadros do modelo democrático representativo parlamentar, ou seja, não alteraria as estruturas políticas já postas na sociedade. Dessa forma a hipótese norteadora desta pesquisa é que, a "democracia deliberativa direta" virtual é irrealizável no momento, não porque o nível de interatividade é fraco ou irregular, mas porque quantitativamente não há: 1º um padrão de websites parlamentares e 2º há uma baixa adesão dos políticos brasileiros, aqui especificamente do sul do Brasil, a essa forma de interação ou informação com seu eleitor. Primeiramente, como percebemos acima, há dois posicionamentos relevantes sobre o tema, por isso se fazem necessários uma discussão mais aprofundada sobre as duas teses, em seguida vamos analisar as coletas feitas nos sites e realizar nossas considerações.

Para melhor compreensão da pesquisa vamos dividi-la em três partes, além dessa introdução: i) será feito uma breve exposição teórica sobre a utilização ou possibilidade da Internet no cenário político. ii) examinaremos os dados coletados nos portais legislativos do sul do Brasil, iii) faremos nossas considerações finais sobre os websites da região sul do Brasil.

## 2.1 INTERNET COMO “ÁGORA VIRTUAL”?

Os estudos sobre as novas possibilidades de comunicação - via Internet - vem motivando vários pesquisadores. De forma geral, eles argumentam à possibilidade de uma “democracia direta eletrônica” na qual a maior parte dos cidadãos seriam capazes de usar a Internet para discutir sobre os temas públicos. Essa abordagem sofreu influência direta ou indiretamente de uma corrente de pensamento fundamentada na obra de Habermas (1980), filósofo alemão, filiado à escola de Frankfurt, que aconselhava sobre a real necessidade de partir de discussões com ampla participação para tomar as decisões políticas contrapondo-se ao modelo de democracia representativa tradicional, que segundo ele, não cumpriu com sua promessa de trazer desenvolvimento tecnológico, à emancipação do homem e sua liberdade. Outra frankfurtiana, Arendt (2005), vê a liberdade como uma atividade política que foi se restringindo apenas ao ato de votar e ser votado. O cidadão no século XX não participa mais da política (vida política), a *polis* perde o significado perante seus membros e assim, a condição do homem atrofia para o que ela chama de *zoon politikon*. Uma forma de emancipação política seria através da comunicação.

Assim, os recursos de comunicação proporcionados pela Internet consentem com a criação de um espaço público deliberativo eletrônico, chamado “Ágora Virtual”. Segundo Azambuja (1997) essa *Ágora*: "permitiria a participação direta dos cidadãos na tomada de decisões que dizem respeito a sua vida, a sua cidade e ao seu planeta." O autor esclarece em um outro artigo que:

A idéia de *Ágora* virtual aqui evocada não deveria ser entendida em um sentido político restrito, tal como se tende a fazer, às vezes. Antes, ela quer indicar propriamente um espaço público da discursividade existencial e, portanto, o espaço de relações governamentais, econômicas e culturais (AZAMBUJA, 2007, p. 13).

O autor acredita que a Internet levará à emergência de uma nova forma de democracia direta, preferível em relação à democracia representativa tradicional. Por esse viés não haverá mais necessidade de um representante eleito, pois “todos” poderão se auto-representar por meio do ciberespaço<sup>3</sup>. Os meios eletrônicos de comunicação libertariam a democracia, chegando ao ponto em que todos os sistemas de comunicação estariam sujeitos ao meio virtual, esse dia foi nomeado como o “Dia da Deliberação”, segundo Fishkin (2002), ou seja, data nas quais todos os cidadãos de uma nação poderiam participar de discussões online. Essas discussões serviriam para tomar decisões sobre um determinado assunto. Desse modo, se crê que essa data possa promover o máximo de participação pública chegando a um maior aprimoramento sobre as decisões políticas, isso, devido à amplitude e clareza da discussão. Fishkin (2002) pondera ao refletir a falta de acesso do cidadão a Internet e que esse fator, possa prejudicar essa participação “total” da sociedade.

Outro problema levantado pelo mesmo autor é a falta de interesse do usuário da web em discutir as questões políticas, ou seja, o “Dia da Deliberação”, não necessariamente será um dia de consciência política e discussão.

Olivo (2004) corrobora com o pensamento exposto acima, mas não faz uma análise propriamente sobre o poder Legislativo, foco deste artigo, mas ele abrange a administração pública como um todo – Executivo, Legislativo e Judiciário (RAVER, 2000) - e suas relações com a Internet, e com a possível “democracia deliberativa”. Ele procura compreender a transição entre a "modernidade e a pós-modernidade" sendo a primeira um fator de mudança na produção em escala, iniciada pela revolução Industrial e a segunda, ocorreu a pós a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcada pela informatização, assim, caracterizando uma nova sociedade, com um novo Estado, agora reglobalizado e interligado em rede (online). Olivo (2004), assim como o já citado Habermas (1980), acreditam que a modernidade não deu certo e que a pós-modernidade será marcada por um novo espaço – virtual - e por uma nova dinâmica social. O autor argumenta:

Na perspectiva da construção de uma sociedade e instituições mais transparentes e democráticas, as novas tecnologias de informação, e dentre estas a Internet, revelam-se como um elemento essencial para a recuperação de algumas promessas não cumpridas da modernidade, tais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade (RAVER, 2000, p. 200).

Olivo (2004) aposta que a pós-modernidade informacional será um meio de diminuir disparidades, pois estando "todos" conectados em rede é possível "interagir instantaneamente, em tempo real, inaugurando desta forma um novo estilo de vida, de produção econômica e cultural (RAVER, 2000, p. 205),”que abrangerá todas as ações do Estado, nas esferas do Judiciário, Executivo e Legislativo.

Esse aspecto cultural e econômico da pós-modernidade informacional é situado no espaço virtual ou ciberespaço. Levi (1999) utiliza o conceito de Cibercultura, isto é, uma pós-cultura que ocorre no ciberespaço, que segundo o autor:

O ciberespaço oferece um poderoso suporte de inteligência coletiva, tanto em sua faceta cognitiva como em seu aspecto social (...) é com a escolha desse caminho, que representa aquilo que a cibercultura tem de mais positivo para oferecer nos planos econômicos, social e cultural, que os Estados poderão recuperar em potência real e na defesa dos interesses de suas populações aquilo que perdem pela desterritorialização e pela virtualização (LEVI, 1999, p. 206).

Essa desterritorialização ocorre em outros fóruns como Orkut (MOCELLIM, 2007). Olivo (2004) e Levi (1999) percebem o ciberespaço como um lugar horizontal, sem desigualdade e democrático, possível de participação de todos. Podemos chamar esses autores que acreditam em uma “democracia direta eletrônica” como “cyberotimistas”.

## 2.2 AUTORES PRÓXIMOS DO PENSAMENTO EMPIRISTA.

O espaço virtual faz com que as relações sociais entre sociedade e poder público sejam "desmaterializados", permitindo uma comunicação com acesso e atualizações permanente (RUBIN, 2000). Essa comunicação torna-se assim, um instrumento dos políticos eleitos que por esse meio, têm como saber o que os seus eleitores querem, tanto no âmbito público como no privado. Por essa perspectiva os meio eletrônicos (*websites*, e-mails, blogs) são ferramentas para uma melhor "interação" entre o indivíduo e o ato político, caracterizando uma representação dos anseios da sociedade no processo decisório. Não estamos afirmando, que haverá substituição da comunicação real pela virtual, mas sim que os meios eletrônicos serão somados as formas de reivindicações dos vários seguimentos da sociedade, como canal de comunicação com os políticos. A internet, assim não seria uma solução das nossas democracias tradicionais, mas ficaria como uma forma de dinamizar o acesso nas instituições que representam o cidadão.

Não podemos dizer que investimentos em tecnologia ou acesso a Internet é uma maneira de interação entre o público e o privado (GOMES, 1988)<sup>4</sup>. Um estudo feito por Norris (2001), sobre a interatividade entre os cidadãos e os políticos na Inglaterra, mostra que há uma ausência por parte dos parlamentares britânicos no quesito "visibilidade eletrônica", pois apenas um quarto dos deputados britânicos listava seus e-mails nos site do parlamento e só 12% tinham websites pessoal. No Congresso norte-americano, pesquisas revelam que muitos parlamentares não utilizam o e-mail para responder a seus eleitores como mostra Norris (2001). Assim acesso à tecnologia não significaria na arena política uma eficiência na comunicação dos parlamentares com a sociedade.

A obra *"Interação entre Executivo e Legislativo apoiada por TI"* (CUNHA, CORRÊA, DUCLÓS, 2005) ampliou o horizonte sobre a Internet e sua interação com mundo político quando discute os vereadores das cidades que tem mais de 600 mil habitantes. Todavia o foco não era a interatividade com a sociedade e o legislativo municipal, mas dos vereadores com o Executivo municipal. Eles chegam à conclusão que não há comunicação eletrônica entre ambos.

Braga (2007) mensura através de 190 itens o "grau de informatização", entendido como o "uso que os parlamentares fazem dos *websites* para a divulgação de seus trabalhos" nos legislativos brasileiros. Podemos dizer que o grau de interatividade é posto de duas formas: entre o eleitor e o político (público externo), o que o autor chama de "interatividade vertical" como a interatividade com o público interno (entre os políticos e servidores públicos), "interatividade horizontal" o qual pode estar conectado a uma intranet. Ao mensurar o grau de informatização, percebemos assim a transparência da *homepage*, a sua navegabilidade, e usabilidade, a questão da estrutura do processo decisório como quesitos de modernização do portal parlamentar e do seu - alto ou baixo - grau de informatização, criando assim um "índice de informatização". Essa pesquisa tornou-se referência desse artigo, pois faz um detalhamento das informações dos portais legislativos dos vinte e setes estados brasileiros mais o portal da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado Federal (SF). Na sua conclusão o professor afirma que o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (ALEPR, 2007) ficou com um grau de informatização insatisfatório, enquanto o portal da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC, 2007) ficou com um grau de

informatização médio e o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERS, 2007) ficou em quarto lugar, entre os portais brasileiros, com um alto grau de informatização no seu portal, ficando atrás somente do portal da Assembléia Legislativa de Minas Gerias (ALEMG, 2007)<sup>5</sup>, ou seja, na região sul, é RS que tem o portal mais informatizado. Esses dados vão contrastar com o número de parlamentares que tem ou não *websites* nos três estados.

Um autor próximo dos “cyberpesimistas” é Castells (2003). Ele acredita que as TCIs podem alterar as relações sociais, mas que a forma de se fazer política não mudará. CASTELLS afirma: Esperava-se que a Internet fosse um instrumento ideal para a democracia – e ainda se espera. “(...) Entretanto a maioria dos estudos e relatórios descreve um quadro melancólico - com a possível exceção das democracias escandinavas (CASTELLS, 2003, p. 128).”

Segundo o autor há pouca discussão e adesão dos parlamentares há web. Um exemplo dessa falta de discussão na web é o Orkut, onde há milhões de adeptos, mas poucos debates, configurando uma comunidade mais estética do que de interação entre os seus membros (CASTELLS, 2003). O que pode fazer da Internet uma potência comunicativa é o uso do e-mail, assim se diferenciando dos outros meios por sua agilidade. Todavia, os políticos podem ter uma equipe preparada de assessores para responder, “filtrar” ou não respondem esses e-mails. Muitos e-mails, aliás, não chegam ao conhecimento do próprio parlamentar<sup>6</sup>. Assim, o excesso de postagem, via e-mail, não significa acesso às instituições políticas, pode ser até um repulsor ou limitador das relações entre a sociedade e a os políticos, pois com muitos e-mails para responder, diminui o tempo que os "políticos" se dedicam a responder aos seus eleitores, como afirmou Mitchell (1999). Nesse sentido a Internet não é instrumento que possibilita uma "democracia deliberativa", mas um entrave, pois a possibilidade de não haver resposta aumenta, bem como obter resposta "padronizadas".

A utilização do e-mail e dos *websites* são uma forma que os políticos encontram para reduzir os custos de propaganda e aumentar sua agilidade. O contrário também é verdadeiro no que tange os grupos de pressão, como sindicatos e outras instituições que podem através desse instrumento manifestar sua indignação, através de e-mails ou acessando os *websites* dos parlamentares, mas isso não altera a estrutura de nossa democracia representativa.



### 3 ANÁLISE DOS WEBSITES DOS PARLAMENTARES

ÓRGÃO LEGISLATIVO	SIGLA	HOMEPAGE	Nº*
Senado Federal	SF	<a href="http://www.senado.gov.br/sf/senadores">http://www.senado.gov.br/sf/senadores</a>	9
Câmara dos Deputados	CD	<a href="http://www2.camara.gov.br">http://www2.camara.gov.br</a>	76
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná	ALP	<a href="http://www.alep.pr.gov.br">http://www.alep.pr.gov.br</a>	54
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	ALESC	<a href="http://www.alesc.sc.gov.br/al/index.php">http://www.alesc.sc.gov.br/al/index.php</a>	40
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	ALRS	<a href="http://www.al.rs.gov.br">http://www.al.rs.gov.br</a>	55
Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba	CMVCT	<a href="http://www.cmc.pr.gov.br/ver.php">http://www.cmc.pr.gov.br/ver.php</a>	38
Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis	CMVF	<a href="http://www.cmf.sc.gov.br">http://www.cmf.sc.gov.br</a>	16
Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre	CMVPA	<a href="http://www.camarapoa.rs.gov.br">http://www.camarapoa.rs.gov.br</a>	36
Câmara Municipal de Vereadores de Londrina	CMVL	<a href="http://www.cml.pr.gov.br/home">http://www.cml.pr.gov.br/home</a>	18
Câmara Municipal de Vereadores de Maringá	CMVM	<a href="http://www.cmm.pr.gov.br">http://www.cmm.pr.gov.br</a>	15
Câmara Municipal de Vereadores de Joinville	CMVJ	<a href="http://www.cvj.sc.gov.br">http://www.cvj.sc.gov.br</a>	18
Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau	CMVB	<a href="http://www.camarablu.sc.gov.br">http://www.camarablu.sc.gov.br</a>	14
Câmara Municipal de Vereadores de Caixias do Sul	CMVCS	<a href="http://www.camaracaxias.rs.gov.br">http://www.camaracaxias.rs.gov.br</a>	17
Câmara Municipal de Vereadores de Canoas	CMVC	<a href="http://www.camaracanoas.rs.gov.br">http://www.camaracanoas.rs.gov.br</a>	13

#### Quadro 1: Homepage Analisados

##### \* Parlamentares

#### 3.1 CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional brasileiro é bicameral, dessa forma é composto pelo Senado Federal (SF), e pela Câmara dos Deputados (CD). Vamos analisar primeiro o SF e posteriormente a CD.

##### 3.1.1 Senadores

Tabela 1: Senado

ESTADO	TOTAL DE SENADORES	COM WEBSITES	EM %
PR	3	3	100%
SC	3	3	100%
RS	3	3	100%

É importante esclarecer que os sites das Assembléias Legislativas, nas três esferas - Federal, Estadual e Municipal - do Brasil estão interligados na web por InterLegis (INTERLEGIS, 2007), programa que surgiu no SF e que teve financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem como proposta:

[a] modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Os meios utilizados são as novas tecnologias de informação (Internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo (ASSEMBÉLIA LEGISLATIVA RGS, 2007).

O InterLegis foi o meio pelo qual o legislativo brasileiro se modernizou, pois com essa ferramenta há uma troca de informações entre os parlamentares, sobre várias temáticas<sup>7</sup>, como por exemplo, saúde, transporte e auxílio na transparência dos poderes, ao permitir acesso dos cidadãos. Segundo Olivo (2004) “de 8.374, em agosto de 1999, as visitas à página saltaram para quase 20 mil, em janeiro de 2000”. Dessa forma analisando os nove senadores dos três estados do sul, verificamos conforme tabela acima que os senadores do PR, SC e do RS, todos apresentam *website*. Como o InterLegis, nasceu no SF, o mesmo mostra um alto grau de TICs. Lembramos que os senadores da região sul representam 11% do total de senadores que há no Congresso.

Os *websites* dos senadores (SENADO FEDERAL, 2007) são de responsabilidade dos mesmos, mas podemos encontrar uma semelhança entre os *websites* de todos os senadores, indiferente do partido. Geralmente tem um *link* sobre senador e seu perfil (biografia e/ou curriculum vitae) outro sobre sua vida parlamentar (atividades, projetos, discursos apartes, artigos, matérias e notícias) um *link* para *interlinks* (acesso a outros departamentos e poderes como, por exemplo: AL [do seu estado], Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral) um *link* para mídia (TV Senado, Rádio Senado, Jornal [de seu estado] - *Link* com fotos do parlamentar, outro para seus artigos e um link muito importante que é o “Fale conosco”, esse é o espaço que o leitor tem para elogiar e reclamar, é o momento de "interação" com o senador. Outros *links*, como para acessar o partido do senador, em âmbito nacional e/ou estadual, e no caso do senador[a] for governista há um *link* para acessar alguns programas do governo como, por exemplo, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e outro intitulado "notícias do dia", que na

sua realidade são informações das ações do senador e de sua opinião sobre as matérias que estão, ou irão ser votadas no senado. Há também um espaço no *website* para enquête. Essa pesquisa não se propõe a fazer uma análise qualitativa, ou seja, ver a eficácia e a utilidades destes instrumentos, mas de fazer uma descrição do que há nos *websites*. Mas, é importante acrescentar que essa padronização em todos os *websites* é importante para o cidadão que acessa o portal do Congresso, pois ele, irá se habituando com os *links* dos senadores.

### 3.1.2 Câmara dos Deputados Federais<sup>8</sup>

**Tabela 2: Deputados Federais**

ESTADOS	TOTAL DE DEP. FEDERAIS.	COM WEBSITES	EM %
PR	30	11	36%
SC	16	4	25%
RS	30	11	36%

A região sul significa 15% dos deputados federais eleitos para Câmara Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007). Estão distribuídos da seguinte forma: 30 exercem seus mandatos pelo estado do PR, número idêntico ao do RS. SC tem 16 deputados federais. Coincidentemente PR e RS registram o mesmo percentual de deputados federais com *websites* 36%. Esse número tímido, em vista que a função de deputado federal é de representar todo um estado, que tem grandes dimensões geográficas, como é o caso dos estados analisados. Isso pode significar que os parlamentares se preocupam mais com o seu nicho eleitoral do que com toda a sociedade "representada", pois só alguns deputados podem ser acessados via web. SC se encontra em uma situação menos favorável, pois dos seus 16 deputados somente 4 tem *websites*, ou seja, 25%.

É importante registrar que o portal da CD tem um espaço reservado para pesquisa que permite a busca dos parlamentares - individualmente - e há um *link* para fazer *download* da lista completa de todos os deputados que estão exercendo os seus mandatos, mas a lista não traz a informação se o parlamentar tem ou não *website*. A CD apresenta segundo Braga (2007) um alto grau de informatização, mas nem todos os parlamentares utilizam esse instrumento como meio de interação com o público.

### 3.2 ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS

Essa pesquisa utilizou como fonte, a União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE, 2007), que por meio do seu site fornece vários dados, como número de parlamentares eleitos - novos e reeleitos na ALEs - estatísticas sobre os partidos e até sobre as questões de gênero nos parlamentos e o que nos é importante, mostra as *homepage* dos portais das ALEs do Brasil, a tabela 3 expressa a situação dos deputados estaduais da região sul:

**Tabela 3: Deputados Estaduais**

ESTADO	TOTAL DE DEP. ESTADUAIS.	COM WEBSITES	EM %
PR	54	54	100%
SC	40	22	55%
RS	55	55	100%

Nas ALEs dos três estados temos no total de 109 parlamentares, que estão distribuídos da seguinte forma: 54 no estado do PR, 40 no estado de SC e 55 no estado do RS (ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DE SC E RGS). O que fica evidente é que os parlamentares do estado do PR e do RS têm ambos 100% de parlamentares com *websites*, todavia os mesmos são fornecidos pelas próprias ALEs dos respectivos estados (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PR E SC). Vamos contemplar para essa pesquisa os sites dos parlamentares estaduais que estão "hospedados" nas Assembleias Legislativas como *websites*, pois (i) consideramos como um meio do cidadão chegar ao parlamentar, (ii) os *websites* "hospedados" são de responsabilidades dos parlamentares. Há nestes *websites* um *link* importante que é "Fale com o Deputado", permitindo o contato com o parlamentar. Dessa forma consideramos sem *websites* as homepages das casas legislativas que não indiquem ou apresentem um *link* que acesse ao deputado ou parlamentar da casa. Por isso que o número de parlamentares que tem *website* em SC é menor do que os outros estados. A homepage ALESC não indica *websites* de vários parlamentares, todavia ALESC tem um caso em particular, pois em vez de fornecer o sítio dos parlamentares mostra dos partidos, o que ficou evidente principalmente no caso dos parlamentares do PMDB. Todos os deputados deste partido apareciam com sua biografia e foto no portal da ALESC e-mails, alguns com *websites*,

mas todos tinham um *link* para o site do partido, outros só do partido, nesse caso não foram computados como *websites*. Foi uma estratégia da sigla partidária, pois em vez de vincular os *websites* do parlamentar que são de cunho pessoal, o partido resolveu colocar a seu sítio na web.

Na pesquisa de Braga (2007), o portal da ALERS aparece como o estado que mais disponibiliza informações, sobre o processo orçamentário da casa legislativa e interação com o público. Assim somando as considerações de Braga (2007) a amostragem acima, poderíamos afirmar que o portal da ALERS tem um alto grau de informatização. Todavia, as ALEs, por meio de seus portais na Internet, têm um baixo grau de interatividade com o público, isto é, a relação entre emissor (cidadão) e receptor (político) através da mídia eletrônica não se efetiva de forma harmoniosa, ficando muitos e-mails ou *post* sem resposta para o emissor. Os portais são mais informativos do que interativos.

### 3.3 CÂMARA DE VEREADORES DAS CAPITAIS E DO INTERIOR.

As capitais dos estados analisados são respectivamente: Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS. Devemos salientar que Florianópolis não é a maior cidade do estado de SC, fato que ocorre com Curitiba e Porto Alegre. No caso catarinense, a maior cidade é Joinville com 496.051 mil habitantes, contrapondo Florianópolis, com 406,564 mil habitantes<sup>9</sup>. Joinville será analisada no próximo tópico.

#### 3.3.1 Vereadores das Capitais

**Tabela 4: Vereadores das Capitais**

ESTADO	TOTAL	COM WEBSITES	EM %
PR	38	17	45%
SC	16	3	19%
RS	36	11	30%

Nas Câmaras Municipais de Vereadores (CMV) das três capitais do sul, temos um total de 90 vereadores, que estão distribuídos da seguinte forma 38 em Curitiba, 16 em Florianópolis e 36 em Porto Alegre (CÂMARA MUNICIPAL DAS RESPECTIVAS

CIDADES, 2007). A Capital com maior número de vereadores com *websites* é Curitiba/PR 45%, em segundo está Porto Alegre/RS com 30,5% e em terceiro está Florianópolis/SC com 19%.

O portal da CMV de Curitiba, como em outros portais, tem um *link* para acessar os vereadores da casa. Nessa página é possível ver o nome do vereador em ordem alfabética, seu partido, e-mail no caso da Câmara curitibana. O portal da CMV de Florianópolis, quando o internauta acessa o *link* vereador pode saber o nome do vereador, mas a ordem alfabética corresponde ao do partido e não ao nome do vereador, se o mesmo faz parte da mesa diretora da câmara, seu partido, e-mail e se tem *website*, diferente do portal de Porto Alegre, que tem acesso ao nome do vereador em ordem alfabética, e-mail, fone/fax e partido. Assim mesmo Florianópolis com um menor número de vereadores tem visualmente uma melhor estrutura para o visitante da página que almeja conhecer o site do vereador.

Ao analisar os *websites* dos vereadores das capitais constatamos que nenhuma passa de cinquenta por cento assim podemos afirmar que não há um fomento e interesse dos parlamentares nesse tipo de mídia, evidenciando uma lacuna, “mais pessoal”, entre o político e o eleitor, pela via eletrônica.

### 3.3.2 Vereadores do Interior

Vamos chamar de interior as regiões que não fazem parte da capital do estado, assim analisamos a CMV de Londrina e Maringá localizadas no PR, de Joinville e Blumenau, localizados em SC, de Caxias do Sul e Canoas localizados no RS. Temos assim:

**Tabela 5: Vereadores do Interior**

ESTADO	TOTAL	COM WEBSITES	EM %
PR	33	6	18%
SC	32	0	0%
RS	30	2	6,6%

No total há 95 vereadores que estão exercendo suas funções nos três estados do sul do Brasil. Estão distribuídos da seguinte forma: 33 têm mandatos no PR, sendo 18 vereadores no município de Londrina e 15 no município de Maringá. No estado de SC temos um

número de 32 vereadores, sendo que 18 exercem mandatos por Joinville e 14 por Blumenau. Os municípios do RS somam 30 vereadores, 17 exercem mandatos em Caxias do Sul e 13 em Canoas (CÂMARA MUNICIPAL DAS RESPECTIVAS CIDADES, 2007).

Devemos acentuar que dos dois vereadores que tem *websites* em Londrina, um não está em funcionamento, mesmo que no portal da CMV apareça o site. No caso de Caxias do Sul os dois parlamentares têm suas páginas no portal da Câmara, mas o link que levaria ao *website*, na realidade indica para um *blog*. Que não deixa de ser um site, ambos são espaço na web (World-Wide-Web) que é a rede em si de informação, ligada entre os computadores. A diferença estaria, poderíamos dizer, é que o *blog* é um diário pessoal, onde as pessoas podem postar - *posts* - suas mensagens ao dono do *blog* ou ao seu mantenedor. Já o site tem um caráter mais formal, suas páginas se organizam dentro do próprio site por uma hierarquia. O internauta neste caso pode ter ou não um acesso no interior da página, no sentido de expor suas idéias ou críticas, ou seja, ele precisa da concessão ou aceitação do moderador para tornar sua mensagem pública.

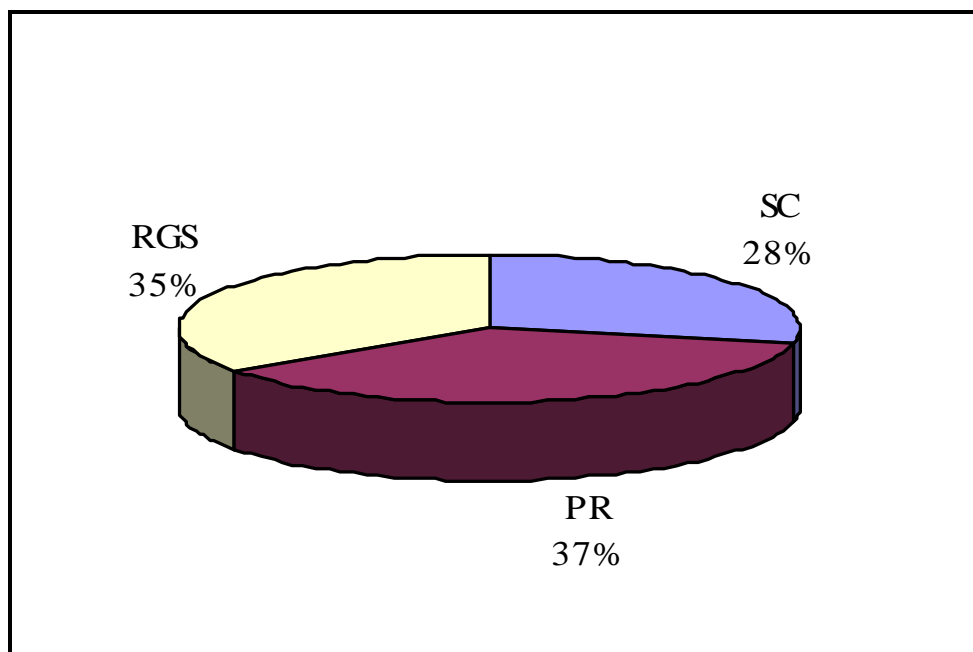
A lacuna mais expressiva registra-se no estado de SC, pois nem Blumenau nem Joinville, apresentam vereadores com *websites*<sup>10</sup>, ou seja, os dois municípios apresentam um percentual de zero por cento de vereadores com *websites*, aliás, ao acessar o *link* vereador, constatamos que há um parlamentar que não tem nem e-mail cadastrado no portal<sup>11</sup>. A homepage da CMVJ mostra no *link*: vereadores, apenas o nome do parlamentar e seu partido, tendo opções para saber seu e-mail, biografia e telefone.

#### 4 TOTAL DE WEBSITES NOS TRÊS ESTADOS

**Tabela 6: Total de Parlamentares com websites por Estado**

ESTADO	TOTAL DE PARLAMENTARES	COM WEBSITES POR ESTADO	EM %
PR	158	91	57%
SC	107	32	30%
RS	154	82	53%

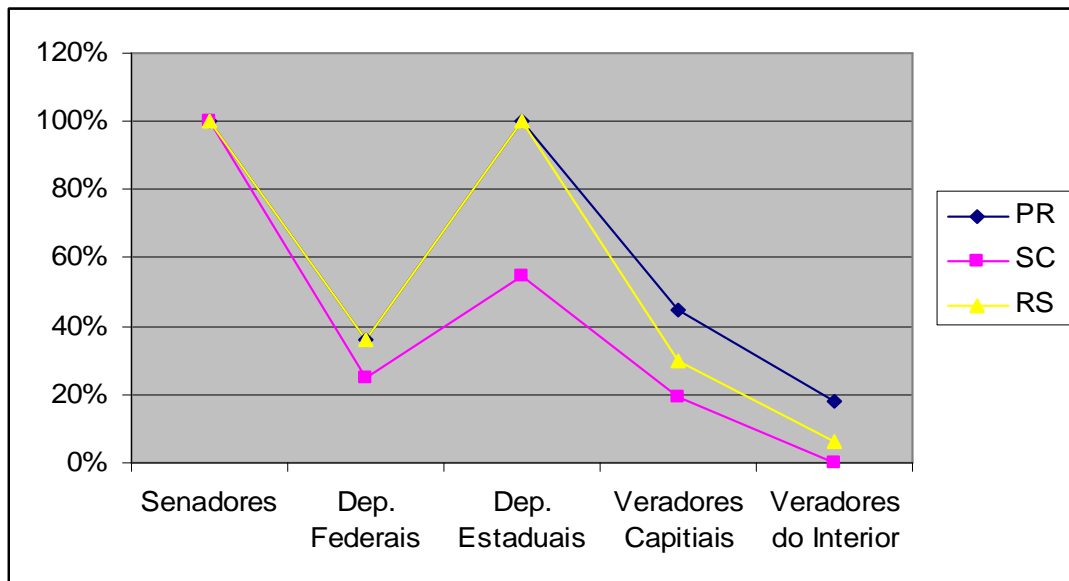
O total de parlamentares pesquisados chega a 419, sendo que 205 têm *websites*, isto representa aproximadamente 49% dos parlamentares estudados da região sul, possuem essa mídia como um instrumento de informação.



**Gráfico 1: Websites dos parlamentares por estado na Região Sul do Brasil**

Esse gráfico mostra os estados e seu percentual de parlamentares com *websites*. O PR e RS, com respectivamente 57% e 53% e SC com 30%. Esses dados revelam o que as tabelas de números 2, 3, 4, 5 e 6 vêm afirmando nesta pesquisa, que SC é proporcionalmente o estado que tem menos parlamentares com *websites*. Os por quês, deste desequilíbrio não sabemos, e nem é o foco deste projeto, mas poderíamos dizer que há uma falta de pesquisa nas universidades sobre a temática entre Internet e arena política, principalmente sobre o Poder Legislativo e sua interatividade com o eleitor. Esta lacuna impede debates acadêmicos e em geral sobre as TICs. Uma possível hipótese levantada para que o PR liderasse na região sul, em número de parlamentares com *websites* é porque lá há um grupo de pesquisa que analisa a informatização dos portais das ALEs e dos sites dos parlamentares<sup>12</sup>. Essas pesquisas são divulgadas por meio de artigos acadêmicos e divulgados através de seminários aberto ao público em geral possibilitando com que os políticos tenham acesso e se interessem por esse tipo de mídia. Mas, devemos lembrar que BRAGA (2007) demonstrou ao estudar o portal da ALEPR, que foi considerado com um grau de informatização insatisfatório, em vista, ao cenário brasileiro. Ponderando que o nosso objetivo não é analisar os portais das casas legislativas, mas sim, de seus parlamentares, podemos considerar, que o conhecimento sobre as TICs, não significa alto grau de interatividade ou de qualidade informacional.





**Gráfico 2: Comparações entre websites das casas legislativas.**

Podemos perceber, por meio deste gráfico, a disparidade entre os senadores e os vereadores do interior. Isso se deve como mostramos, por ser o SF pioneiro na informatização de suas matérias. Assim, os senadores têm 100% de parlamentares com *websites*, os deputados estaduais, têm próximo de 88% e os vereadores uma média de 21%. Essa inclinação radical mostra que a possibilidade de uma “democracia direta eletrônica” ou de uma “democracia deliberativa” ainda é muito prematura, pois a TICs tem alcances diferentes nas distintas casas legislativas. Não há também uma padronização dos *websites* destes parlamentares, embora todos tenham ênfases nas biografias dos seus parlamentares. Mesmo comparando com uma grande rede virtual, como a do Orkut, com mais de 40 milhões de usuários e destes 60% são internautas brasileiros, não significa que os atores dessas comunidades estejam interagindo entre si, ou seja, as comunidades que existem nesses *websites*, segundo Mocellim (2007) têm um baixo grau de interatividade entre suas comunidades.

Para os “cyberpessimistas”, que crêem que nada será mudado com a emergência da web, baseados no argumento de que as TICs apenas irão reforçar os padrões de comunicação e de poder existente, podem estar certos, mas é inegável que ao longo dos anos esse meio de comunicação será, cada vez mais comum entre nós.

Mesmo com a expansão da rede de micro-computadores no Brasil, há uma ausência na sociedade de um hábito, no que tange a utilização das potencialidades dos meios eletrônicos, ou seja, falta uma cultura política, no sentido de que Berstein (1998) emprega,

como um conjunto de referências formalizadas. Ele argumenta que para uma “família política” ou tradição política enraizar na sociedade, levaria cerca de duas gerações. Só daqui um tempo, com a popularização das pesquisas sobre os impactos da Internet na esfera política, e com a adesão maciça dos políticos por essa mídia, criando assim *websites*, blogs e outros fóruns para serem utilizados como um veículo de comunicação com seus eleitores, formando em longo prazo uma cultura que tenha na Internet um meio de fazer política.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que há na literatura um rico debate sobre a Internet como um instrumento de acesso ao cenário político esses estudos iniciaram na Europa, nos Estados Unidos e um número crescente de pesquisas adentraram nessa temática na América Latina e no Brasil. Como ficou claro na introdução, às políticas para incentivos à compra de micro computadores começaram a ter efeitos, entretanto, estamos engatinhando ao acesso e ao uso da Internet, principalmente ao sistema de banda larga, como ficou evidente no gráfico um. Portanto, o número de pessoas que podem utilizar a banda larga no Brasil é insuficiente comparado ao número de habitantes da nação. Desse modo não há como afirmar que o país entrou na “Era da Informatização”. Esse fato, somado a lacuna de parlamentares que não têm websites, 51% dos pesquisados, expressam a impossibilidade atual de uma democracia participativa por meio eletrônico.

Neste sentido, esta pesquisa mostra como o argumento da "Ágora Virtual" feitos por Azambuja (1997) e Fishkin (2002) entre outros são insuficientes para o aperfeiçoamento da democracia, por meio dos canais deliberativos da web, pois faltam os componentes básicos para tal fato, os eleitores - cidadãos- virtuais - e a sólida rede vertical de websites parlamentares, mesmo que um sistema de interação horizontal esteja pronto, como é o caso dos InterLegis.

A situação extrema da falta de websites é localizada nas CMVs do interior dos estados da região sul. Um exemplo significativo é o município de Joinville, maior cidade - em número de habitantes do estado de SC, assim tendo, a maior bancada do estado, com 18 vereadores, todavia, não apresentou nenhum parlamentar no portal da CMV com *website*. Esses dados nos levam ao um fato, de que quanto menor o nível de representação do parlamentar e mais no interior do estado for a CMV, menor será o número de parlamentares com *websites*, caso comprovado na tabela 5, e demonstrado no gráfico três, com exceção,

estão os deputados estaduais, que apresentaram um alto índice de parlamentares com *websites*, assim temos o estado do PR e do RS com 100% dos seus parlamentares com *websites* e SC com 55%, como fica evidente na tabela 3. Mesmo a casa legislativa que tem 100% de seus parlamentares com *websites*, não significa que os mesmos estão usando essa mídia como uma ferramenta de interação com o público. Os *websites* são mais um canal de informação do que interação. Por isso as outras formas de comunicação não foram descartadas, principalmente em locais onde o nível da representação é local, ali é necessário fazer a panfletagem do material de campanha ou de prestação de conta do mandado, o chamado "corpo a corpo" garantindo assim a interação com o eleitor.

Se afastando dos "cyberpessimistas" que crêem que nada será mudado com a emergência da web. Podemos afirmar que a médio prazo o país poderá ter uma rede significativa de parlamentares com *websites*, efetivando sua entrada na "Era Digital" e dinamizando as relações entre o cidadão e o político via as TICs. Agora, somente com mais pesquisas sobre essa temática poderemos afirmar que essa mudança no cenário político efetivará uma transformação nas relações políticas contemporâneas.

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> Este trabalho é uma versão da monografia apresentada no curso de Especialização em Sociologia Política em fev. de 2008 na Universidade Federal do Paraná.
- <sup>2</sup> Lembrando que as mesmas constituem-se basicamente no contato físico do parlamentar com o eleitor e no uso de mídias tradicionais, bem como a televisão, as publicações impressas etc.
- <sup>3</sup> Esse conceito será explicado adiante.
- <sup>4</sup> A autora mostra que o entrave à modernidade política brasileira está na fronteira entre o público e privado (entre a sociedade e o Estado) Quando em nossa história foi resolvido esse problema, ocorreu de forma autoritária, tutelado pelo Estado, ou seja, ainda falta um "meio" - via democracia - para apaziguar essas fronteiras.
- <sup>5</sup> Os dois portais com um alto grau de informatização são: em 1º Câmara dos Deputados. 2º ALEMG, 3º Senado Federal e em 4º ALERS, conforme BRAGA, 2007 p. 26.
- <sup>6</sup> Aqui me refiro à experiência que tive como assessor parlamentar entre 2005-2006 na ALESC.
- <sup>7</sup> Não é objetivo deste trabalho mensurar o "grau" de troca de informações e nem de analisar as rotinas administrativas dos legislativos estudados.
- <sup>8</sup> Para facilitar a compreensão dos cálculos os números foram aproximados

- <sup>9</sup> Devemos fazer uma ressalva. A divisão entre interior e capital é de cunho estritamente político, indiferente do tamanho geográfico ou do número de habitantes. Todavia, entre as cidades do interior, foram escolhidas as cidades mais populosas, segundo o IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 20 nov. de 2007
- <sup>10</sup> A análise se realizou, nos sites das CMV, pesquisadas no período entre 15 a 28 de outubro e 10 a 20 de novembro 2007, ou seja, o vereador pode ter um blog ou outro site, mas não foi considerado, por não estar explícito em algum link da CVM que ele pertence.
- <sup>11</sup> Essa constatação se deu na primeira amostragem feita, entre os dias 15 a 28 de outubro, porém na segunda amostragem – 10 a 20 de novembro, já havia no Link do vereador em questão um e-mail.
- <sup>12</sup> O curso de pós-graduação em Sociologia da UFPR proporcionou uma disciplina, no segundo semestre de 2007, que tem em sua ementa o debate entre Internet e política, assim popularizando a discussão sobre o uso dos meios eletrônicos no cenário político.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/al/index.php>. Acesso em outubro de 2007.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. Disponível em: <http://www.alemr.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br>. Acesso em outubro de 2007.
- AZAMBUJA, C. *A construção da ágora virtual*. v. 6, Santa Cruz do Sul: Barbarói, 1997.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BRAGA, Sergio. *A Informatização dos Legislativos brasileiros no início da 16<sup>o</sup> legislatura*. Teoria & Sociedade (UFMG) V. 14, p.25-54, 2007.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Disponível em: <http://www.camarablu.sc.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Disponível em: <http://www.camaracanoas.rs.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ver.php>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.cmf.sc.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.1

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Disponível em: <http://www.cml.pr.gov.br/home>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Disponível em: <http://www.cmm.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br>. Acesso em outubro de 2007.

CASTELLS, M. *A galáxia Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

CUNHA, M. A. V. C.; CORRÊA, S. M.; DUCLÓS, L. C. *Interação entre executivo e legislativo apoiada por TI*. São Paulo: CATI 2005, 2005. 1-14 p. "Paper" apresentado ao Congresso Anual de Tecnologia de Informação.

FISHKIN, J. S. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via Internet. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M (org). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade e pós-modernidade. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

INTERLEGIS. *A comunidade virtual do poder legislativo*. Disponível em: <http://www.InterLegis.gov.br/imprensa/releasel.htm>. Acesso em setembro de 2007.

LEVI, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed.34, 1999.

MITCHELL, W. J. *E-topia: urban life, jim ¾ but not as we know it*. Massachusetts: MIT Press, 1999.

MOCELLIM, Alan. Internet e identidade: um estudo sobre o website Orkut. *Revista TESE - Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*. v. 3, n. 2, Jan./julho de 2007, p.100-121.

NORRIS, P. *Digital divide; civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLIVO, Luis C. Cancellier de. *A reglobalização do estado e da sociedade na era do acesso*. Florianópolis: Boiteux, 2004.

RAVER, Áries J. (org). *Direito, sociedade e informática: limites e perspectivas da vida digital*. Florianópolis: Boiteux, 2000.

REPUBLICA DIGITAL PORTO ALEGRE. Disponível em: [http://www.caosmose.net/candido/unisinos\\_textos/republicadigital.pdf](http://www.caosmose.net/candido/unisinos_textos/republicadigital.pdf). s/d. Acesso em setembro de 2007.

RUBIN, Antônio Albino Canelas. Novas configurações das eleições na idade média. *Opinião Pública*, v. VII, n. 2, Campinas: CEOP/UNICAMP, 2000, p. 172-185.

SENADO FEDERAL. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/senadores>. Acesso em outubro de 2007.

UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE. Disponível em: <http://www.unale.org.br>. Acesso em outubro de 2007.